



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 3/2019

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SEIS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE:-----

-----Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que durante o mês de fevereiro a Biblioteca Municipal de Mortágua dinamiza um programa especial dedicado ao seu 15º. aniversário. Um programa rico e diversificado de atividades, que teve início no dia 1, sexta-feira, com a presença do Contador de histórias Carlos Marques.-----

-----Segue-se no dia 6 um workshop de Chocolate dinamizado por Armanda Lourenço, que irá trazer a arte de fazer bombons de forma artesanal.-----

-----A música também é uma forma de expressão, comunicação e cultura, e como tal, não podia faltar. Assim, no dia 15 atua o Quarteto de Jazz Victor Martins, que integra um jovem mortaguense (voz). -----

-----No dia 23 a contadora Lucrécia Alves vem “desenrolar” histórias, literalmente. Uma forma original de contar histórias através dos fios de la ou crochet, onde as crianças e pais fazem parte do conto.-----

-----No dia 26 a Biblioteca Municipal recebe Gonçalo Cadilhe, escritor sobejamente conhecido do público pelos seus livros e crónicas de viagens. Nasceu na Figueira da Foz, em 1968, onde



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

continua a residir sempre que não se encontra em viagem por esse mundo fora. É autor de três documentários televisivos e vários livros de viagens.-----

-----Finalmente no dia 28 o convidado, que é o dia da inauguração da Biblioteca, e portanto o dia oficial do aniversário, a Biblioteca Municipal recebe o escritor e contador de histórias Rodolfo Castro.-----

-----Além destas atividades, estará patente uma exposição retrospectiva das ações e eventos desenvolvidos pela Biblioteca Municipal ao longo destes 15 anos de vida, em que as imagens falam por si, sendo os livros e as pessoas os heróis desta história.-----

-----Ainda durante todo o mês de fevereiro estará exposta uma coleção exclusiva de carteiras de senhora, da autoria de Irina Pires, com a particularidade de serem alusivas ao livro e a leitura.-----

-----O Senhor Presidente deu também conhecimento da publicação da seguinte legislação:-----

-----Portaria n.º 20/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17: Portaria que atualiza o valor de referência anual da componente base e do complemento da prestação social para a inclusão e o limite máximo anual de acumulação da componente base com rendimentos de trabalho.-----

-----Portaria n.º 21/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17: Portaria que atualiza o valor de referência do complemento solidário para idosos, bem como o complemento solidário para idosos atribuído.-----

-----Portaria n.º 23/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17: Portaria que procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2019.-----

-----Portaria n.º 24/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17: Portaria que procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).-----

-----Portaria n.º 25/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17: Portaria que procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2019.-----

-----Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019 - Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21: Aprova a visão, objetivos e medidas de concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2019 - Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21: Aprova o relatório de diagnóstico e as medidas de atuação para a valorização do território florestal e de incentivo à gestão florestal ativa.-----

-----Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2019 - Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21: Aprova os projetos de prevenção estrutural contra incêndios, de restauro, conservação e valorização de habitats naturais e de educação ambiental em diversas áreas protegidas.-----

-----Decreto-Lei n.º 11/2019 - Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21: Altera o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.-----

-----Decreto-Lei n.º 12/2019 - Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21: Altera o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.-----

-----Decreto-Lei n.º 13/2019 - Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21 118051706 Altera as normas gerais aplicáveis à produção e comercialização de materiais florestais de reprodução utilizados para fins florestais.-----

-----Decreto-Lei n.º 14/2019 - Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21: Clarifica os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.-----

-----Decreto-Lei n.º 15/2019 - Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21: Cria o procedimento de identificação e reconhecimento de prédio rústico ou misto sem dono conhecido, adiante designado por prédio sem dono, e respetivo registo.-----

-----Decreto-Lei n.º 20/2019 - Diário da República n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30: Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos.-----

-----Decreto-Lei n.º 21/2019 - Diário da República n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30: Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.-----

-----Decreto-Lei n.º 22/2019 - Diário da República n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30: Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura.-----

-----Decreto-Lei n.º 23/2019 - Diário da República n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30: Concretiza



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 16/01/2019, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-lo.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----O Senhor Presidente deu ainda conhecimento que a 7,8, 9 e 10 de fevereiro de 2019 se irá realizar o XIII Congresso Nacional das Misericórdias, a ter lugar em Albufeira, tendo sido convidado na qualidade de Presidente da Câmara para estar presente, tendo aceite o convite, encontrando-se por isso ausente nos dias 8 a 10 de fevereiro. Mais informou que esta deslocação não acarretará quaisquer custos para o Município.-----

-----O Senhor Presidente informou da necessidade de requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a convocação de uma sessão extraordinária daquele órgão para apreciação da Proposta aprovada na Reunião de Câmara 21/11/2018 respeitante ao interesse do Município em participar na constituição Empresa Intermunicipal de Águas Residuais, EIM,SA para a prestação dos serviços públicos de saneamento de águas residuais urbanas, em conjunto com os Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, considerando a disponibilidade manifestada pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, em estar presente na mesma e prestar os esclarecimentos necessários sobre o assunto em questão.-

-----A Câmara tomou conhecimento, e deliberou por unanimidade nos termos do artigo 28.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, requerer a sessão extraordinária ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

número 24 referente ao dia 05/02/2019 e depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os ofícios referencia 47, 48 e 49 datados 30/01/2019, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão extraordinária, realizada no pretérito dia 25 de janeiro, tomou as seguintes deliberações:-----

-----Aprovou por unanimidade o acordo de aceitação da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais constantes dos Decretos-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro – Domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo; n.º 101/2018, de 29 de novembro – Domínio da justiça; n.º 102/2018, de 29 de novembro – Domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento; n.º 103/2018, de 29 de novembro – Domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários.-----

-----Aprovou por unanimidade Continuação da Aplicabilidade do Artigo 29º. de Isenção e Redução de Taxas do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas.-----

-----Aprovou por unanimidade Continuação da Aplicabilidade do Artigo 25º. de Isenção ou redução subjetivas de Taxas do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outra receitas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

-----Foi presente a circular referência 5-PB/2019, datada de 17/01/2019, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual remete a comunicação do Secretário de Estado das Autarquias, bem como a deliberação tomada pelo Conselho Diretivo da ANMP relativa ao processos de financiamento da descentralização administrativa.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.- INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES I.P.:-----

-----Foi presente a comunicação enviada por e:mail, em 17/01/2019, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes IP, em que, de acordo com o previsto na alínea b), do número 2, do artigo 4.º do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Regulamento do Fundo para o Serviço Público de Transportes, aprovado pela Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro, junto envia o projeto de «Plano de Atividades do FSPT» para o biénio 2019/2020, onde se inclui a «PROGRAMAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE AÇÕES DE CURTO E MÉDIO PRAZO», a que se refere o Artigo 8.º do referido Regulamento.-----

-----O Plano de Atividades do Fundo é aprovado pelo Governo após consulta prévia às autoridades de transporte beneficiárias.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MORTÁGUA:-----

5.1.1.- Apoio ao Funcionamento do Ensino Pré-Escolar e 1º. Ciclo do Ensino Básico:-----

-----No prosseguimento da política que a Autarquia tem desenvolvido de apoio às despesas de funcionamento do 1º. Ciclo do Ensino Básico (12 turmas) e Ensino Pré-Escolar (6 turmas), públicos, o Senhor Presidente propôs a comparticipação financeira, no corrente ano letivo, no montante de cinco mil euros (5.000,00€), a transferir para o Agrupamento de Escolas do Concelho de Mortágua.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, estando inscrita nas Opções do Plano de 2019, no objetivo 01 EDUCAÇÃO E JUVENTUDE, programa 002 Estabelecimentos do Ensino – AEM, o projeto 2019/5000 – Apoio Funcionamento do Pré-Escolar e 1º. Ciclo, e no orçamento na rubrica 04050108 – Outros (transferências correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

5.1.2.- Apoio a Atividades Extra-Curriculares EB 2,3 e Secundário:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência número 008, datado de 11/01/2019 de janeiro corrente, do Agrupamento de Escolas de Mortágua a solicitar a atribuição de um subsídio global para apoiar a consecução das atividades que constam do seu Plano anual de atividades, tendo em conta, muito particularmente, as despesas inerentes a Visitas de Estudo e Desporto Escolar, não perdendo de vista que, preferencialmente, se deverão apoiar os alunos com maiores dificuldades económicas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, o Senhor Presidente no prosseguimento da política de apoio à educação propôs a atribuição do subsídio de cinco mil euros (5.000,00 €) ao Agrupamento de Escolas para apoio financeiro à execução do seu Plano de Atividades Extra-Curriculares, devendo o referido montante ser utilizado em atividades relevantes e por forma a promover sempre a igualdade de oportunidades aos alunos que nelas participam.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, estando inscrita nas Opções do Plano de 2019, no objetivo 01 EDUCAÇÃO E JUVENTUDE, programa 002 Estabelecimentos do Ensino – AEM, o projeto 2019/5001 EB 2,3 e Secundário, e no orçamento na rubrica 04050108 – Outros (transferências correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

5.1.3.-Protocolo de Colaboração a celebrar com a ASAE no âmbito do Projeto “ASAE vai à Escola”:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Colaboração a celebrar com a ASAE no ano letivo de 2018/2019 que tem por objeto estabelecer os termos e condições de cooperação entre o Município e a ASAE, com vista a:-----

-----a) Garantir a qualidade e segurança das refeições escolares fornecidas nos refeitórios de responsabilidade municipal;-----

-----b) Sensibilizar e capacitar a população escolar, em especial, e a comunidade educativa, em geral em matéria de higiene e segurança alimentar.-----

-----Nos termos da cláusula quarta o protocolo vigorará pelo período de um ano e renovar-se-á automaticamente por iguais períodos, se não denunciado por qualquer das partes com antecedência de sessenta dias sobre a data da sua cessação.-----

-----O Protocolo poderá ser alterado ou revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o protocolo.-----

5.2.- JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.2.1.1.-Ratificação do processo nº. 1, 2, e 5/2019:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 1, 2 e 5 de 2019 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou o ato de deferimento do Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS/INVESTIMENTOS:-----

6.1.1.- Sporting Clube de Vale de Ações – Apoio atividade Futebol época 2018/2019:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 17/12/2018 do Sporting Clube de Vale de Ações a solicitar o apoio para o desenvolvimento das suas atividades desportivas referente à restante época de 2018/2019, nomeadamente para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato da Divisão de Honra de Viseu da sua equipe sénior e no campeonato distrital das suas três equipas das camadas jovens, e uma de veteranos, num total de cento e vinte (120) atletas, e considerando que o Protocolo anteriormente celebrado previa um financiamento das atividades até ao final do ano transato prolongando-se no entanto o campeonato até Maio de 2019.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que pedido se enquadra na alínea c), do nº.1, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição de subsídio mensal de cinco mil setecentos e setenta e sete euros e setenta e sete cêntimos (5.777,77 €) de Janeiro a Maio inclusive, mediante celebração de Protocolo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e nas Opções do Plano no Projeto 2019/5041 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas.-----

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Coletividade.-----

6.1.2. -Velo Clube do Centro/Mortágua:-----

6.1.2.1.-Gala de apresentação época de 2019 – Apoio:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta do Velo Clube do Centro datada de 15/01/2019, a solicitar apoio financeiro para minorar os custos inerentes à organização, no dia 2/02/2019, da Gala de apresentação do seu projeto para a época de 2019: Equipa Continental UCI Miranda – Mortágua, cujo orçamento se estima em cerca de cinco mil euros (5.000,00 €).-----

-----Entendem que a realização da 2ª. Gala de Apresentação seja uma mais valia para a projeção e divulgação do seu projeto, como para o Município de Mortágua, tendo em conta que o nome Mortágua será divulgado e mencionado ao longo de todo o ano, no estrangeiro e em Portugal particularmente na Volta a Portugal em bicicleta.-----

-----Aquela Gala que tem como objetivo dar a conhecer ao grande público, comunicação social e à população de Mortágua o projeto daquela coletividade e do Concelho.-----

-----Assim, o Senhor Presidente considerando a repercussão daquele espetáculo para o exterior bem como a promoção do Concelho propôs a atribuição do subsídio no montante de mil euros (1.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2019/5041 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativa*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.2.2.-Apoio época de 2019:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta do Velo Clube do Centro, datado de 15/01/2019, através da qual no seguimento do ofício do pedido de apoio relativo à época 2019 solicita a aprovação do restante valor definido para apoio à época desportiva de 2019.-----

-----O Velo Clube do Centro celebra 20 anos de existência e agradece o apoio concedido pelo Município ao longo da sua atividade, sem o qual os resultados alcançados não teriam sido possíveis, e renova a sua proposta.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Pretende com continuidade do projeto na divisão principal do ciclismo português aumentar as suas responsabilidades e projeção, formando uma equipa ainda mais competitiva, sabendo que os seus jovens corredores merecem mais e melhores condições.-----

-----Como consequência o orçamento irá aumentar tendo em conta os avultados investimentos realizados e a realizar pelo clube tais como: Inscrição na UCI; leasing da autocaravana adquirida em 2018; finalização do camião oficina; renovação da frota automóvel (3 carros de apoio); renovação das bicicletas para modelos de alta gama; e para oferecer aos seus ciclistas, treinadores, mecânicos, massagistas e staff em geral as melhores condições.-----

-----A Equipa será conhecida, denominada e inscrita como Continental UCI: Miranda-Mortágua.--

-----Mortágua será mencionado nos equipamentos oficiais de treino e competição, na frota automóvel nas laterais em destaque, redes sociais, website, comunicados de imprensa e apresentação oficial aos média, sócios e simpatizantes.-----

-----Solicita, assim um apoio financeiro no valor de oitenta e cinco mil euros (85.000,00 €) para apoio à época de 2019.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local de manifesto interesse público, e que pedido se enquadra na alínea c), do número 1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano do subsídio no valor de cinquenta mil euros (50.000,00 €), sendo vinte e cinco mil euros (25.000,00 €) para atividade e vinte e cinco mil euros (25.000,00€) e para investimentos, nos termos do Protocolo a celebrar, e a transferir após a assinatura do Protocolo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (Correntes) e 080701 (investimentos) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2019/5041 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, 2019/5042- Investimentos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.1.3.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Recreativa de Cercosa para apoio a obras de beneficiação e melhoramentos no edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 17/10/2018 foi deliberado atribuir o subsídio de 5.000,00 € à Associação Cultural e Recreativa de Cercosa para apoio à execução de obras de beneficiação e melhoramentos no seu edifício sede e recinto envolvente, nomeadamente execução de uma infraestrutura de drenagem/escoamento de águas na zona Poente do recinto exterior pavimentado, intervenção nas instalações sanitária (substituição de autoclismos e sanitas), bem como nas portas de madeira das mesmas danificadas pelo uso, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado, em 13/11/2018, nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras. Nos termos da cláusula 6º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. do Protocolo é valido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22060/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Recreativa de Cercosa, bem como os respetivos encargos assumidos”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.4.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Popular, Desportiva e Cultural Gandarense para apoio a obras de beneficiação e melhoramentos no edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 21/11/2018 foi deliberado atribuir o subsídio de 5.000,00 € à Associação Popular Desportiva e Cultural Gandarense para apoio à execução do investimento de obras de beneficiação e melhoramentos no seu edifício sede, nomeadamente de acabamento do acesso e entrada principal do seu edifício sede, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 06/12/2018, nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.

-----Nos termos da cláusula 6º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Durante o ano de 2018 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22567/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º. 5 do artigo 88 º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com a Associação Popular Desportiva e Cultural Gandarense, bem como os respetivos encargos”.-

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.5.-Prorrogação de Protocolo celebrado com o Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Mortazel para apoio a obras de beneficiação e melhoramentos no edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 21/11/2018 foi deliberado atribuir ao Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Mortazel o subsídio de 3.500,00 € para apoio na execução do investimento de melhoramentos e beneficiação do seu edifício sede, nomeadamente substituição do telhado do palco e intervenção na cozinha (espaço para o gás e instalação do mesmo, bancada de lava louça), a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 06/12/2018, nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----As verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é válido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial é 22559/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----O OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual. -----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com o Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Mortazel, bem como os respetivos encargos”.--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.6.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Sula para apoio a obras no edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 21/11/2018 foi deliberado atribuir à Associação Desportiva, cultural e Recreativa de Sula o subsídio de 3.676,56 € € para apoio à execução de investimento no seu edifício sede, nomeadamente de eletricidade e canalizações, e aquisição de um terreno a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 06/12/2018, nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----De acordo com a cláusula 6.º do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas após a data da outorga do mesmo, considerando que as obras e investimentos já se encontravam concluídas -----

-----Aquela Coletividade devolveu, via correio, o Protocolo assinado, tendo o mesmo entrado nos serviços no início de 2019, pelo que não foi possível proceder ao respetivo pagamento.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12.ª, o Protocolo é válido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial é 22561/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4.ª do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----O OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando, assim, que Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com a Associação Desportiva, cultural e Recreativa de Sula, bem como os respetivos encargos”.--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.7.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Recreativa de Vale de Ana Justa para apoio a obras de beneficiação e melhoramentos no edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 19/12/2018 foi deliberado atribuir à Associação Cultural e Recreativa de Vale de Ana Justa o subsídio de 3.250,00 € para apoio na execução do investimento de melhoramentos e beneficiação do seu edifício sede, nomeadamente no teto e execução de zona de churrasqueira e forno a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 27/12/2018 nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----As verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial é 22813/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----O OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua, encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Recreativa de Vale de Ana Justa, bem como os respetivos encargos”.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.8.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Recreativa de Vale de Mouro para apoio a continuação de obras no seu Parque Temático:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 17/10/2018 foi deliberado atribuir à Associação Cultural e Recreativa de Vale de Mouro o subsídio de 8.000,00 € para apoio à execução do investimento de continuação das obras no seu Parque Temático , nomeadamente conclusão do restauro das duas casas, vedação e arranjo do muro de pedra e continuação da calçada junto à Capela, a transferir



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mediante as condições do Protocolo celebrado em 13/11/2018, nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----Nos termos da cláusula 6º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22056/2018.-----

----- Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do nº. 5 do artigo 88º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua, encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Recreativa de Vale de Mouro, bem como os respetivos encargos.”---

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.9.-Prorrogação de Protocolo celebrado com o Grupo Desportivo e Cultural de Vila Pouca para apoio a obras de beneficiação e melhoramentos no edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 21/11/2018 foi deliberado atribuir ao Grupo Desportivo e Cultural de Vila Pouca o subsídio de 2.500,00 € para apoio à execução do investimento de melhoramentos e beneficiação do vosso edifício sede, nomeadamente construção de um forno de lenha e respetiva cobertura, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 06/12/2018 nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----As verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22568/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua, encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com o Grupo Desportivo e Cultural de Vila Pouca, bem como os respetivos encargos.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.10.-Prorrogação de Protocolo celebrado com o Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores para apoio a equipamentos e obras de beneficiação no edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 21/11/2018 foi deliberado atribuir ao Rancho Folclórico e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Etnográfico de Vale de Acores o subsídio de 5.000,00 € à para apoio à execução do investimento para equipamento e obras de beneficiação no seu edifício sede, nomeadamente: - recuperar e tratar o palco que se encontra danificado; - Reforçar a iluminação de palco; - Solucionar um cortinado de palco; - Continuar a reparação dos sanitários e substituir algumas louças que estão partidas, bem como as canalizações; - Adquirir mais louça, visto que alguma foi partindo e substituir outra, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 06/12/2018 nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----Nos termos da cláusula 6º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22562/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com o Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores, bem como os respetivos encargos.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.2.-APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----

6.2.1. Prorrogação de Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja da Freguesia de Espinho para apoio a obras de melhoramentos da Igreja matriz de Espinho:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 19/12/2018 foi deliberado atribuir à Fábrica da Igreja da Freguesia de Espinho o subsídio de 8.000,00 € à para apoio à execução de obras de conservação e melhoramentos na Igreja matriz da Freguesia de Espinho, nomeadamente aplicação de piso flutuante e restauro dos retábulos em talha dourada, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 27/12/2018, nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----Nos termos da cláusula 6º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Fábrica da Igreja não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que preveem a sua conclusão durante o 1.º semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12.ª, o Protocolo é válido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22803/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4.ª, do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

com a Fábrica da Igreja da Freguesia de Espinho, bem como os respetivos encargos.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.2.2. Prorrogação de Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja da Freguesia de Pala para apoio a obras de beneficiação na Capela de Nossa Senhora da Saúde nas Laceiras:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 21/11/2018 foi deliberado atribuir à Fábrica da Igreja da Freguesia de Pala o subsídio de 5.000,00 € à para apoio à execução de obras a Capela de Nossa Senhora da Saúde, na povoação das Laceiras, nomeadamente trabalhos de substituição do telhado, aplicação de novo forro, revestimento de paredes em azulejo, assim como pintura interior e exterior, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 06/12/2018 nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----Nos termos da cláusula 6º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Fábrica da Igreja não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22564/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual. -----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja da Freguesia de Pala, bem como os respetivos encargos.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.2.3.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marmeleira para apoio a obras de melhoramentos da Igreja matriz da Marmeleira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 21/11/2018 foi deliberado atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marmeleira o subsídio de 5.000,00 € à para apoio à execução de obras de beneficiação da zona o exterior envolvente Igreja Paroquial da Freguesia da Marmeleira, nomeadamente instalação de águas pluviais, águas sanitárias, nova escada (diminuindo a altura dos degraus), reparação e pintura de portões, substituição de canalização de água potável e plantação de oliveiras, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 06/12/2018, nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nos termos da cláusula 6.º do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a Comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Fábrica da Igreja não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1.º semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12.ª, o Protocolo é válido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22565/2018.-----

-----Conforme o disposto na cláusula 4.ª do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

em 2019 nos termos do artigo do nº. 5 do artigo 88 ° do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que o Município de Mortágua, encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marmeleira, bem como os respetivos encargos.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.2.4.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marmeleira para apoio a obras de melhoramentos na Capela de Pinheiro:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Em reunião de Câmara de 21/11/2018 foi deliberado atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marmeleira o subsídio de 1.500,00 € para apoio à execução de obras de pavimentação dos arranjos exteriores na Capela de Pinheiro, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado em 06/12/2018, nos termos do artº. 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras-----

-----Nos termos da cláusula 6º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2018 aquela Fábrica da Igreja não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2019.-----

-----Nos termos da sua cláusula 12ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2018, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 22566/2018 . -----

-----Conforme o disposto na cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----No entanto o OE/2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), artigo 82.º, procedeu à exclusão da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aos municípios e freguesias que cumpram os respetivos limites de endividamento e as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL (n.º 5 e 6).-----

-----A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.-----

-----A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2019 (Art.º 88.º n.º 5 da LOE 2019), mantém a exclusão do âmbito de aplicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual.-----

-----O Município de Mortágua encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA desde 31/10/2018, data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites uma vez que integrava a disposição legislativa prevista no OE de 2018, e, conforme os dados disponíveis na Ficha do Município da DGAL, a 31 de dezembro de 2018, mantém essa exclusão em 2019 nos termos do artigo do n.º 5 do artigo 88.º do OE de 2019.-----

-----Considerando, assim, que Município de Mortágua, encontra-se excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não carecendo de autorização pela Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual.-----

-----Proponho que a Câmara aprove a prorrogação, até ao final de 2019, do Protocolo celebrado com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marmeleira, bem como os respetivos encargos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.- ACÃO SOCIAL:-----

7.1.- REDE SOCIAL:-----

7.1.1.- Município Presente - Processo de Candidatura n.º 1/2019:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 1/2019 de candidatura ao apoio social.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

previsto no Regulamento Município Presente apresentada nos termos da alínea d) e f) , do n.º 1, do artigo 2.º do referido Regulamento para apoio económico a despesas domésticas – faturação de água, eletricidade, gás, alimentação e educação.-----

-----A candidatura foi, nos termos do artigo 9.º do Regulamento, analisada pela técnica do serviço social do município que elaborou o respetivo Relatório Social constante no processo.-----

-----O Relatório Social presente na Reunião de Câmara conclui que se trata de agregado familiar em situação de carência económica, e que se justifica a concessão de um apoio, propondo que seja disponibilizado ao próprio um apoio económico de caráter pontual no montante de dois mil seiscentos e vinte e seis euros e doze euros (2.626,12 €).-----

-----Assim, nos termos do artigo 10.º do Regulamento Município Presente o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere conceder o apoio no montante de dois mil seiscentos e vinte e seis euros e doze euros (2.626,12 €), a contratualizar e a pagar ao beneficiário conforme o previsto no artigo 11.º do citado Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 03 AÇÃO SOCIAL, Programa 002, Projeto 2019/5048 – Município Presente, e no Orçamento Municipal na rubrica 06020305.---

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA GANDARADA:-----

8.1.1.- Pedido de Recalculo de Renda:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de , de Sérgio Aurélio Ventura Nunes, arrendatário do Bairro de Habitação Social da Gandarada, do fogo de tipologia T2, lote 4, fracção F, a solicitar o reajustamento ao valor da renda a pagar, devido ao facto de ter idade superior a 65 anos.-----

-----O processo foi instruído com a informação da Técnica dos Serviços de Ação Social que conclui que os factos invocados justificam o pedido e verificados, documentalmente, os requisitos que determinam a revisão da renda nos termos do cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 23.º da Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, procedeu ao recalculo da renda a qual se cifrou



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

em cento e vinte e seis euros e trinta cêntimos (126,30 €) nos termos do aludido enquadramento legal.-----

-----Assim, tendo em consideração as deliberações tomadas na reunião de Câmara no que concerne à definição do valor da Renda Mínima e da Renda Máxima, o valor da renda a pagar é de cento e vinte e seis euros e trinta cêntimos (126,30 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o valor de 126,30 € da renda a pagar, de acordo com a informação da Técnica dos Serviços de Ação Social.

9.- SANEAMENTO E SALUBRIDADE:-----

9.1.-REDE DE ESGOTOS E DE TRATAMENTO:-----

9.1.1.-ETAR de Mortazel – Aquisição de terrenos - Retificação da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 01/08/2018:-----

-----O Senhor Presidente informou que na Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mortágua de 01/08/2018, e, mais concretamente no ponto 7.1.1 “ETAR de Mortazel – Aquisição de Terreno”, foi deliberado adquirir a Herdeiros de Maria Irene Rodrigues (NIF 707520827) pelo valor 580 euros, o terreno com Artigo matricial rústico da Freguesia do Sobral, com o nº. 11030, localizado em Leira Velha, com a área de 290 m², no entanto verifica-se que foi alterada a titularidade da posse do terreno, conforme documento apresentado.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse que a realização da aquisição aprovada através da deliberação tomada no ponto 7.1.1. da ata da Reunião de Câmara nº. 1/08/2018 o terreno com Artigo matricial rústico da Freguesia do Sobral, com o nº. 11030, localizado em Leira Velha, com a área de 290 m, pelo valor de quinhentos e oitenta euros (580,00€), seja alterada para o agora legítimo titular de propriedade do terreno Almiro Rodrigues, com o NIF 172907489, casado com Maria Isalina Ferreira Matos no regime de comunhão de adquiridos, com o NIF 172907586, residentes na Rua do Pereiro, nº.2, Mortazel, Sobral.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade que a realização da aquisição aprovada através da deliberação tomada no ponto 7.1.1. da ata da Reunião de Câmara nº. 1/08/2018 o terreno com Artigo matricial rústico da Freguesia do Sobral, com o nº. 11030, localizado em Leira Velha, com a área de 290 m, pelo valor de quinhentos e oitenta euros (580,00€), seja alterada para o agora legítimo titular de propriedade do terreno Almiro Rodrigues, com o NIF 172907489, casado com Maria Isalina Ferreira Matos no regime de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

comunhão de adquiridos, com o NIF 172907586, residentes na Rua do Pereiro, nº.2, Mortazel, Sobral.-----

9.2.-RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS:-----

9.2.1.- Candidatura Associação de Municípios Planalto Beirão – POSEUR – Transferência de verbas:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício ref.º 018, de 15/01/2019, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, através do qual, no sentido de assegurar o financiamento da fração restante (15%) das componentes da operação POSEUR -3-1911- FC - 0000075 designada de “Incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos 3 fluxos (3F) multimateriais”, assim como das componentes eu visam a recuperação da capacidade instalada do Sistema de Valorização Multimaterial da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, no âmbito dos incêndios de 15 de outubro de 2017, apresenta os seguintes documentos para transferência de verba:-----

-----Nº 25 – Ampliação e otimização da capacidade de processamento da linha de embalagens do centro de triagem do CTRSU do Planalto Beirão – quatro mil cento e cinquenta euros e sessenta e oito cêntimos (4.155,68 €).-----

-----Nº. 44 - Implementação da componente 3F na estação de Vouzela – duzentos e catorze euros e vinte cêntimos (214,20 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder à transferência da respetiva verba.-----

10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

10.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:-----

10.1.1.-Apoio à realização do Nelo Winter Challenge Montebelo Agueira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio eletrónico, enviado em 31/01/2019, da Visabeira Turismo, SA, dando conhecimento que no seguimento do sucesso dos anos anteriores se realiza o Nelo Winter Challenge 2019, no dia 23 de fevereiro, na Barragem da Agueira, Concelho de Mortágua.-----

-----Esta competição de Inverno, que integra duas provas, vai acolher os melhores remadores de todo o mundo, incluindo atletas medalhados olímpicos. O encontro vai juntar na Barragem da Agueira mais de quatrocentos (400) atletas e acompanhantes provenientes de vários países da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Europa que durante o fim de semana visitarão Mortágua.-----

-----As condições da albufeira da Barragem da Aguieira, e da unidade da Montebelo Hotels & Resorts, fazem com que o Montebelo Aguieira Lake Resort e Spa se tenha transformado num dos maiores centros de treino e de estágio da canoagem a nível mundial, modalidade onde Portugal tem vindo a conseguir resultados assinaláveis.-----

-----Assim, considerando a complexa organização e logística do evento e que se reveste de grande importância para a promoção do Concelho dado o seu mediatismo na imprensa desportiva, solicita o apoio financeiro da Câmara no montante de quatro mil e quinhentos euros (4.500,00 €).-----

-----O retorno mediático do evento será assegurado pela imprensa desportiva, que estará presente durante a realização dos dois eventos, podendo a Câmara utilizar o espaço do Montebelo Aguieira para realizar ações de promoção do Concelho.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 02 06020305 – Outras despesas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, nos termos da alínea u) do nº.1 do artº. 33º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade comparticipar o evento com o montante de quatro mil e quinhentos euros (4.500,00 €) considerando que o mesmo é de interesse para o Município dada a sua repercussão no exterior.-----

10.1.2.-Federação de Pesca:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o e:mail enviado a 17/01/2019 por Nuno Miguel de Jesus Pereira a informar que foi selecionado para representar Portugal no Campeonato do Mundo de Pesca à Carpa a realizar na África do Sul no presente mês de fevereiro, e considerando as avultadas despesas com aquela deslocação solicita o apoio do Município, anexando para o efeito orçamento da Federação Portuguesa da Pesca e que ascende ao montante de mil quatrocentos e sessenta e sete euros e trinta e três cêntimos (1.467,33 €) o valor que cada pescador tem de custear.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder ao pagamento junto Federação Portuguesa da Pesca do montante de mil quatrocentos e sessenta e sete euros e trinta e três cêntimos (1.467,33 €) para que o atleta participe no referido campeonato do Mundo, considerando a consequente promoção e divulgação do Concelho de Mortágua no exterior do País.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.2.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL:-----

10.2.1.-Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Quota de 2019:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o documento número 4, datado de 14/01/2019, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, referente à quota deste Município do ano de 2019.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder ao pagamento da quota.-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2019:--

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de doze de setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos euros (282.500,00 €);

-----Anulação despesas de capital – trezentos e trinta mil euros (330.000,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – quarenta e sete mil e quinhentos euros (47.500,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – zero euros (0,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços da contabilidade.-----

11.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2019:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – zero euros (0,00 €);-----

----- Modificação de Financiamento não definido – duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos euros (244.500,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aprová-la, ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

11.3.-LEI Nº.8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012 (LEI DOS COMPROMISSOS DOS PAGAMENTOS E COMPROMISSOS EM ATRASO) – DECLARAÇÕES:-----

-----Considerando a Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração à Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA).-----

-----Considerando as alíneas a) e b) do nº. 1 do artigo 15º. da LCPA, devem os dirigentes das entidades declarar que todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos (estes referentes às receitas fiscais) em atraso, existentes a 31 de dezembro de 2018, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade.-----

-----Em cumprimento das alíneas a) e b) do nº.1 do artigo 15º. da LCPA foram presentes:-----

-----Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2018;-----

-----Declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31/12/2018.-----

-----O Senhor Presidente informou que em cumprimento do nº.2 do citado artigo foram remetidas as aludidas declaração à Assembleia Municipal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.4.-ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM O LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA ÁREA DA EX - CERÂMICA DE MORTÁGUA:-----

-----Considerando que, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia aprovou na sua sessão de 30/06/2016 uma alteração ao Regulamento da Hasta Pública para Venda de Lotes que constituem o Loteamento Urbano Municipal da Área da Cerâmica de Mortágua.-----

-----Considerando que se encontram cumpridos os pressupostos constantes na alínea g) do nº.1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, estando assim reunidas as condições legais para se proceder à abertura de procedimento de nova hasta pública.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que:-----

-----1.-Se procedesse nos termos do Regulamento à abertura do Procedimento da Hasta Pública para alienação dos lotes nº. 2/3; 4/5; 6/7; 8/9; 10/11; 12/13; 14/15; 20/21 do “Loteamento Urbano Municipal da Antiga Cerâmica de Mortágua”, cujas áreas e respetivos preços base de licitação estão identificados no ponto do 2 do Regulamento e no mapa a seguir descritos:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Nº lote	Área	Área de construção habitação	Área de construção em cave	Valor corrente de mercado do lote	Valor base da venda
2/3	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
4/5	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
6/7	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
8/9	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
10/11	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
12/13	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
14/15	592,2	260,0	130,0	14 300,00 €	12 178,00 €
20/21	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €

-----2.- A hasta pública seja publicitada, nos termos do nº. 6 do respetivo regulamento, no 22/02/2019 por edital num jornal regional e nacional de grande circulação (Jornal de Notícias e Diário de Coimbra).-----

-----3.- Nos termos do nº. 9.1. do Regulamento, o ato público de abertura das propostas e da hasta pública para adjudicação dos lotes, tenha lugar no dia 29/03/2019, pelas 10,00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município.-----

-----4.- Em cumprimento do nº. 7 do Regulamento a Comissão da Hasta Pública seja constituída por:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: – Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador; Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior; -----

-----Suplentes: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão; Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico.-----

-----O primeiro vogal substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos.-----

-----4.- O processo, designadamente, a planta síntese do loteamento e Regulamento da hasta pública, estejam patentes para consulta dos interessados nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua e no sítio da Câmara Municipal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar à abertura do procedimento da hasta pública, bem como a constituição da respetiva Comissão.-----

11.5.-PROTOCOLO CELEBRADO COM A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE PARA “REQUALIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ÁGUA AFETADAS PELOS INCÊNDIOS

– Abertura de Conta em Instituição Bancária:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“ Considerando que a Adenda do Protocolo de Colaboração celebrada no dia 20/12/2018, com a APA- Agencia Portuguesa do Ambiente (IP) e o Município de Mortágua para a Requalificação das Linhas de Água afetadas pelos Incêndios de 2017, estabelece que o Município deve abrir uma conta bancária específica para efeitos de transferência e movimentação das verbas estabelecidas no Protocolo.-----

-----Considerando o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro com as subseqüentes alterações, que estabelece o Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais;-----

-----Considerando que o referido diploma legal define o regime de contabilidade autárquica e que o ponto 2.9.10.1.2. do POCAL, prevê que a abertura de contas bancárias está sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela Autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do Órgão Executivo, ou por outro membro do órgão em que ele delegue;-----

-----Considerando o n.º 1 do art.º 19 da Norma de Controlo Interno “Compete à Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente, deliberar sobre a abertura de contas bancárias tituladas pelo Município de Mortágua;-----

-----Proponho que a Câmara Municipal aprove a abertura de conta bancária no Banco Santander Totta”.-----

----- A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a abertura da referida Conta Bancária no Banco Santander Totta.-----

11.6.-PROPOSTA DE NOME DE PATRONO PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma informação, datada de 25/10/2018 da Técnica Superior responsável pela Biblioteca Municipal sobre a proposta de patrono da Biblioteca Municipal e que a seguir se transcreve:-----

-----“ Ao longo dos anos a Biblioteca Municipal tem vindo a realizar ações de promoção de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

autores mortaguenses, quer dos novos autores, quer de outros que já não estão entre nós e que resgatámos do esquecimento, tal como Tomás da Fonseca e Branquinho da Fonseca.-----

-----Homens que deixaram marcas irreversíveis nas gentes de Mortágua e no panorama nacional e internacional, ao nível da produção literária, de intervenção social, como também de intervenção política e defesa dos direitos dos mais desfavorecidos.-----

-----Todos temos memória das carrinhas da Gulbenkian, que galgam montes e vales, percorrem caminhos sinuosos e recônditos, transportando livros e com eles o Saber. *Branquinho da Fonseca* provocou o interesse e aliciou o povo português, levou o Livro ao encontro dos possíveis leitores que, rapidamente, foram conquistados. -----

-----Em Portugal não existe nenhuma Biblioteca que tenha como patrono Branquinho da Fonseca, no próximo ano, a Biblioteca Municipal de Mortágua vai fazer 15 anos de abertura ao público, seria um excelente momento para efetuar a devida e merecida homenagem a Branquinho da Fonseca, dando o seu nome à Biblioteca Municipal.”-----

-----Para o efeito juntou uma breve biografia sobre Branquinho da Fonseca que a seguir se transcreve: -----

-----“*Branquinho da Fonseca: brilhante escritor e ilustre cidadão.*-----

-----*Nascido em Mortágua, em 4 de maio de 1905, licenciado em Direito por Coimbra, em 1930, onde alguns intelectuais rompiam com o comodismo sociocultural vigente através de uma revolução estética iniciada por Pessoa, Mário de Sá-Carneiro e Almada Negreiros (com quem privaria), Branquinho da Fonseca cedo evidenciou uma invulgar capacidade criadora de tonalidades artísticas várias, em que a PALAVRA era rainha.*-----

-----*Fundador – com José Régio e Miguel Torga – da PRESENÇA, revista do 2º Modernismo português, divulgadora da obra de Pessoa e dos 1ºs modernistas e difusora de estéticas e ideais tão vanguardistas que hoje, volvido um século, continuam inovadoras, Branquinho revelou-se um livre pensador animado por preocupações culturais de índole social (entendia que o artista tinha uma missão). Foi, em plenitude, um homem de ação e de causas que lutou, de forma lúcida e eficiente, para contrariar o pensamento instituído e o marasmo sociocultural vigente. Movido por visionária inquietude, tudo fez para concretizar o espírito de missão que o habitava: levar o conhecimento aos seus concidadãos através da palavra feita literatura, instrumento por excelência de acesso ao conhecimento a que todos os portugueses tinham direito. Isto porque,*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

segundo ele, para os Presencistas, a literatura não era mera ficção, pois é “na vida e no que no homem há de mais necessário, profundo e, se possível eterno, que estão as raízes da literatura.” Assim, fiel a si próprio, ficcionista, dramaturgo, poeta e, segundo muitos, o maior contista europeu do século XX, primeiro legar-nos-á uma vastíssima e original obra literária, depois, percebendo, como escritor, que a Presença tinha cumprido o seu papel na renovação da cultura portuguesa e no despertar de muitas consciências, dá voz à sua cidadania: democratização do livro – da literatura e do conhecimento –, levando-o a todos. Como? Através da criação primeiro da biblioteca itinerante de Cascais, depois das tão amadas da Gulbenkian. Essas que tanta alegria levaram consigo país fora e nele Mortágua. Naturalmente! -----

-----Concretizaria assim, talvez, o traço fundamental da personalidade fonsequiana: o empenhamento na transformação de um país mais culto, mais humano, mais justo! Consagraria pois, a partir de 1958, o seu tempo à promoção do livro e da leitura, à difusão do conhecimento por via das bibliotecas itinerantes, apesar do quanto lhe custava deixar para 2º plano a sua criação literária.-----

-----Branquinho legou-nos o exemplo de uma vida e obra dedicadas à palavra. À palavra criada, solta, dada. Palavra espelho de sentir, pensar, crer. Criada por um e reinventada por tantos quanto os capazes de a ler, desvendar e recriar. Palavra sendeiro de um conhecimento ativo a que todos acessem. Utopia? Talvez. Mas dela são feitos os MAGOS condutores de povos. E Branquinho, façamos-lhe justiça, foi um deles. Por isso o seu nome continua vivo. No legado deixado e nos tributos prestados por instituições várias. E a terra mátria? Não. Não o esqueceu. Mas há algo a fazer para avivar a memória. PRESENÇA foi o nome escolhido para revolucionar a cultura portuguesa dos inícios do séc. XX e agitar consciências. Presencista foi. Que maior tributo que tornar PRESENTE o seu nome numa casa em cujos alicerces a primeira pedra foi por si lançada?-----

-----Uma casa símbolo da que sempre habitou - “Sempre vivi entre livros: lendo ou escrevendo. Justo parece que dedique agora a vida a fazer ler os outros”, para que, vendo o seu nome, quem o não conheça se questione e quem o conheça o relembre.-----

-----Este é, pois, o singelo tributo que lhe julgamos devido: o seu nome, oficialmente, dado à biblioteca municipal!-----

-----Assim o Senhor Presidente propôs que fosse designado Branquinho da Fonseca para patrono à



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Biblioteca Municipal.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a designação de Branquinho da Fonseca para patrono da Biblioteca Municipal.-----

11.7.-PROTOCOLO DE TRANSPORTES CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORTÁGUA E A RODOVIÁRIA DA BEIRA LITORAL, SA – Atualização Tarifária:-----

-----Foi presente a comunicação, datada de 24/01/2018, da Transdev através da qual dá conhecimento, na sequência da publicação da Portaria nº. 298/2018, de 19/11/2018, e de acordo com o Protocolo de Transportes celebrado entre o Município e a Rodoviária da Beira Litoral, S.A. da atualização do valor do contratado na percentagem de 1,43% resultando no valor mensal de vinte e dois mil cento e trinta e sete euros e sessenta e sete cêntimos (22.137,67 €), acrescendo IVA à taxa legal de 6%. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atualização.---

11.8.-PEDIDO DE MARCAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO JUNTO ÀS INSTALAÇÕES DA FUTURA ESCOLA DE CONDUÇÃO – ELOGIOS E DESAFIOS, UNIPESSOAL, LDª., SITA NA RUA ANÍBAL DIAS, Nº.10, MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento em nome de Gabriel Santos de Oliveira, com cartão de cidadão nº. 13363520, válido até 19/03/2020, na qualidade de sócio gerente de Elogios e Desafios, Escola de Condução, Unipessoal, Ldª. com o NIPC 515034460, sita na Rua Dr. Aníbal Dias, nº.10, Mortágua, a requerer a atribuição de dois lugares de estacionamento para veículos ligeiros, marcados e devidamente sinalizados, junto às instalações da futura Escola de Condução, como é exigido na alínea d), nº.2, artigo 18º. da Portaria 185/2015, de 23 de junho, elemento necessário para obter a licença enquanto Empresa Exploradora de Escola de Condução.-

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir dois lugares de estacionamento para veículos ligeiros, marcados e devidamente sinalizados, junto às instalações da futura escola de condução Elogios e Desafios, Escola de Condução, Unipessoal, Ldª. com o NIPC 515034460, sita na Rua Dr. Aníbal Dias, nº.10, em Mortágua.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que é familiar do titular do processo em causa-----

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2015/34, DE RECONSTRUÇÃO DE MORADIA, NA RUA DA PRINCIPAL, PEREIRA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2015/34, em nome de Paulo Alexandre de Abreu Simões, residente em Cours de Verdun, nº. 65 , 47400 , Tonneins, França, referente à reconstrução de moradia, sita na Rua Principal, nº. 9, Pereira, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 19/12/2018, ao abrigo da alínea a), nº.3 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, foi o Senhor Paulo Alexandre de Abreu Simões notificado através do ofício referência 105, de 9/01/2019, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo nº. 01/2015/34, que deu origem ao alvará de licença nº. 49/2016, cujo término ocorreu em 27/09/2018, ao abrigo do disposto na alínea d) do nº. 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, uma vez que as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade em conformidade alínea d) do nº. 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo nº. 01/2015/34, que deu origem ao alvará de licença nº. 49/2016, cujo término ocorreu em 27/09/2018, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.2.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – REQUERIMENTO Nº.7266/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2018/6, DE CORTAGRI – CORTEGAÇA AGRÍCOLA, LDª., PARA LEGALIZAÇÃO – EXPLORAÇÃO PECUÁRIA - (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----O Senhor Presidente ausentou-se da reunião durante a apreciação e votação deste ponto, uma vez que conforme despacho apresentado na Reunião de Câmara de 07/02/2018 verifica-se a existência de impedimento da sua intervenção nos processos relacionados com empresa em apreço, em consonância com as disposições legais pelo que nos termos e para efeitos de cumprimento do nº. 1 do artigo 71º. do CPA , devendo a Câmara decidir este incidente à luz do nº. 5 do artigo 70º. do CPA.-----

-----Assim, Câmara declarou o impedimento do Senhor Presidente na tomada de decisão deste assunto.-----

-----De seguida pelo Senhor Vice- Presidente foi novamente presente requerimento registado sob o número 6415/2018, da Cortagri - Cortegaça Agrícola, Ldª. com o número de identificação fiscal 503846368, com sede na Rua Principal, nº. 23, em Cortegaça, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, em que vem requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor cinco mil seiscientos e cinquenta e oito euros e cinquenta e um cêntimos (5.658,51 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/109, Ampliação de Cunicultura, sita no lugar de Vale da Gontinha, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Sobre o assunto o Assessor Jurídico do Município emitiu em 18/01/2019, o seguinte parecer:--

-----*“Parecer: Cortagri – Cortegaça Agrícola, Ldª. requereu a aprovação do projeto de ampliação de pavilhões 1 e 3, situados em Vale da Gontinha, Vale de Açores, Mortágua . Tendo tal pedido sido deferido e aprovado o projeto, foi a requerente notificada, através do ofício de 10/09/2018, para requerer a emissão do respetivo alvará de licença no prazo de 1 de ano, sob pena de caducidade. As taxas devidas pelo licenciamento ascendiam a €5.658,51.-----*

-----*Em 8/11/2018 a requerente apresentou requerimento, no qual solicitava a isenção do pagamento das referidas taxas, ao abrigo do disposto no artigo 29.º, nº.1, alínea b) do RMUEF.-----*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Em 14/11/2018 a requerente solicitou a emissão do alvará de licença de obras, tendo procedido ao pagamento das respetivas taxas de licenciamento, sem que houvesse decisão final sobre o pedido de isenção do pagamento de taxas que havia formulado anteriormente.-----

-----Nos termos do disposto no artigo 29º. n.º.1 alínea b) do RMUET, estão isentas do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, as empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho. Acrescentam os números 3 e 4 daquela norma que o requerente terá de efetuar o pedido e juntar documentação comprovativa de estado ou situação em que se encontre, para poder beneficiar da isenção.-----

-----A norma não estabelece um prazo para a formulação do pedido de isenção. Porém o pedido será apresentado, como é óbvio, no âmbito de um procedimento que originará o pagamento de taxas. No caso concreto, o pedido de isenção foi formulado no âmbito do processo n.º. 01/2018/1009, referente ao pedido de aprovação do projeto de ampliação de dois pavilhões. Porém, não resulta dos documentos que instruíram o pedido, a intenção de criar 5 novos postos de trabalho. Com efeito, foi junta ao pedido um documento com o título "Imputações à Contabilidade, do qual não se extrai os novos postos de trabalho a criar, nem a atividade que irão desenvolver.-----

-----As taxas a pagar pela emissão de alvará de licença de construção, cuja isenção de pagamento se pede, estão previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. Ora dispõe o artº. 22 daquele diploma que o pagamento voluntário da taxa extingue o respetivo procedimento.-----

-----Assim sendo, o pagamento voluntário da taxa originou, automaticamente, a extinção do procedimento e, tal facto, impedirá o deferimento do pedido de isenção do pagamento de uma taxa que já foi cobrada.-----

-----Face ao exposto, deverá ser formulado projeto de decisão, notificado à requerente, no sentido de indeferimento do pedido de isenção, com base no disposto no artigo 22º. do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, uma vez que, face ao pagamento da taxa devida foi extinto o procedimento no âmbito do qual havia sido requerida a isenção."-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o requerente da intenção de indeferimento do processo, de acordo com os fundamentos de facto e de direito do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Parecer do Assessor Jurídico, podendo este, querendo, pronunciar-se em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis, nos termos do CPA.-----

12.3.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – REQUERIMENTO Nº.593/2019, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2018/92, DE TRIA- SERVIÇOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, SA:, PARA CONSTRUÇÃO NOVA – INDÚSTRIA - (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento nº. 593/2019, da Tria – Serviços, Materiais e Equipamentos, S.A. com o número de identificação fiscal 502217022, com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, 43, 3450 – 232 Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, em que vem requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor de dezoito mil e vinte e sete euros e sessenta cêntimos (18.027,60 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/28/92, Construção Nova – Industria, sita no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Porém a Lei nº.51/2018, de 16 de agosto, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, veio alterar a Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e comunidades intermunicipais, vulgo Lei das Finanças Locais.-----

----- De acordo com a nova redação do nº. 9 do artigo 16º. passa a ser da competência da Câmara o reconhecimento do direito da isenção, no estrito cumprimento das normas do regulamento referido no nº.2.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sessão extraordinária de 25/01/2019, transitoriamente até elaboração e aprovação de novo Regulamento, a continuação da aplicabilidade do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, da Edificação e Taxas para efeitos do artigo 16º., nº. 2 da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, alterado e republicada pela Lei nº. 51/2018, de 16 de agosto.-----

-----Assim, conforme o previsto na alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a concessão à Tria – Serviços, Materiais e Equipamentos, S.A. da isenção do pagamento das taxas no valor de dezoito mil e vinte e sete euros e sessenta centimos (18.027,60 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/28/92, Construção Nova – Indústria, sita no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

12.4.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – REQUERIMENTO Nº.7436/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2018/154, DE ROSA LOPES & SILVA, LDª., PARA ALTERAÇÃO, AMPLIAÇÃO – INDÚSTRIA, (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento nº. 7436/2018, da Rosa Lopes & Silva, Lda. com o número de identificação fiscal 502583061, com sede na Rua Vale da Rainha, nº.6, Marmeleira, 3450 – 095 Marmeleira, em que vem requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor de mil oitocentos e trinta e três euros e noventa e dois centimos (1.833,92 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/154 - Alteração e Ampliação – Indústria, sita na Rua Vale da Rainha, Marmeleira.-----

-----Porém, a Lei nº.51/2018, de 16 de agosto, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, veio alterar a Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e comunidades intermunicipais, vulgo Lei das Finanças Locais.-----

----- De acordo com a nova redação do nº. 9 do artigo 16º. passa a ser da competência da Câmara o reconhecimento do direito da isenção, no estrito cumprimento das normas do regulamento referido no nº.2.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sessão extraordinária de 25/01/2019, transitoriamente até elaboração e aprovação de novo Regulamento, a continuação da aplicabilidade do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, da Edificação e Taxas para efeitos do artigo 16º., nº. 2 da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, alterado e republicada pela Lei nº. 51/2018, de 16 de agosto.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, conforme o previsto na alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “*Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.*”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a concessão à Rosa Lopes & Silva, Lda. da isenção do pagamento da taxa no valor de mil oitocentos e trinta e três euros e noventa e dois cêntimos (1.833,92 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/154 - Alteração e Ampliação – Indústria, sita na Rua Vale da Rainha, Marmeleira.-----

12.5.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº.2019/332, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2018/54, CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO E ANEXO, (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 2019/332, em nome de António Mineiro Bento, em que requiere nos termos da alínea e) do nº. 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor oitocentos e catorze euros e sessenta cêntimos (814,60 €) e de TMU no valor de quatrocentos e vinte e três euros e nove cêntimos (423,09 €), referente ao processo nº. 01/2018/54 - Construção Nova – Habitação /Anexo, sita em Cortegaça União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Alმაça.-----

-----Conforme o previsto na alínea e), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas “*Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente*”.-----

----- A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém, a Lei nº.51/2018, de 16 de agosto, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, veio alterar a Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e comunidades intermunicipais, vulgo Lei das Finanças Locais.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----De acordo com a nova redação do n.º 9 do artigo 16.º, passa a ser da competência da Câmara o reconhecimento do direito da isenção, no estrito cumprimento das normas do regulamento referido no n.º 2.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sessão extraordinária de 25/01/2019, transitoriamente até elaboração e aprovação de novo Regulamento, a continuação da aplicabilidade do artigo 29.º do Regulamento Municipal de Urbanização, da Edificação e Taxas para efeitos do artigo 16.º, n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterado e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.-----

-----Assim, a Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a concessão a António Mineiro Bento da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor oitocentos e catorze euros e sessenta centimos (814,60 €) e de TMU no valor de quatrocentos e vinte e três euros e nove centimos (423,09 €), referente ao processo n.º 01/2018/54 - Construção Nova – Habitação /Anexo, sita em Cortegaça União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

12.6.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º. 2019/55, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2018/146, CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO/ANEXO/MUROS DE VEDAÇÃO, (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 2019/55, em nome de Nelson Miguel Silva Carvalho, em que requiere nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor mil quinhentos e quarenta e dois euros e vinte e sete centimos (1.542,27 €) e de TMU no valor de seiscentos e trinta e seis euros e dezasseis centimos (636,16 €), referente ao processo n.º 01/2019/55 - Construção Nova – Habitação /Anexos/Muros de vedação, sita na Rua do Campo, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----A informação dos serviços, datada de 11/01/2019, constante no processo refere que:-----

-----“- O processo de obras foi apresentado em nome de Nelson Miguel Silva Carvalho e de Amália Anabela Simões da Cruz Lopes, sendo que o presente pedido de isenção de pagamento de taxas é apresentado apenas em nome do 1.º Titular do processo de obras e não é feita qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

prova de que ambos os titulares são casados ou vivem em união de facto;-----

-----A petição é apresentada com o enquadramento na alínea e) do n.º 1 do artigo 29.º do RMUE, sendo que nem o requerente nem a segunda titular do processo, Amália Anabela Simões da Cruz Lopes, se encontram abrangidos pela referida alínea e) pois ambos têm 44 anos de idade.-----

-----O requerente apresenta também um atestado médico de incapacidade permanente de 70% de deficiência motora (será que o enquadramento seria a alínea g) do art.º 29.º. Atrás referido.”-----

-----Assim, atendendo à natureza do pedido e aos elementos apresentados, entende que o mesmo deveria ser alvo de melhor análise superior, ou mesmo parecer jurídico sobre o mesmo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o processo ao assessor jurídico para emissão de parecer.-----

12.7.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º.2019/350, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2018/133, RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO AFETADA PELO INCÊNDIO DE 15 DE OUTUBRO DE 2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 01/2018/350, de Vítor Manuel Vieira Gabriel, residente na Rua do Cabeço, n.º. 7 3450-011 Almaca, a requerer, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de setecentos e trinta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos (738,64 €), do processo n.º 01/2018/133, referente à reconstrução de habitação destruído pelo incêndio ocorrido em 15 e 16 outubro de 2017, pelo motivo de se encontrar abrangido pelo Programa de Apoio a Reconstrução Habitação Permanente (Dec. Lei n.º. 142/2017, de 14 de novembro/Portaria n.º. 366/217, de 7 de dezembro), juntando o efeito decisão de aprovação pela CCDRC da respetiva candidatura .-----

-----Considerando que nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei número 130/2017, de 9 de outubro a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 29/12/2017 aprovou a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à operacionalização das disposições do regime excecional de controlo prévio destinado à reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe (incêndios florestais dos dias quinze e dezasseis de outubro, e na qual estava identificada, no anexo à mesma, a reconstrução da presente habitação.-----

-----Considerando que de acordo com Lei n.º. 51/2018, de 16 de agosto, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, veio alterar a Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e comunidades intermunicipais, vulgo Lei das Finanças Locais



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

passa a ser da competência da Câmara o reconhecimento do direito da isenção.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a concessão a Vítor Manuel Vieira Gabriel da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de setecentos e trinta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos (738,64 €), do processo n.º 01/2018/133, referente à reconstrução de habitação destruído pelo incêndio ocorrido em 15 e 16 outubro de 2017, pelo motivo de se encontrar abrangido pelo Programa de Apoio a Reconstrução Habitação Permanente (Dec. Lei n.º. 142/2017, de 14 de novembro/Portaria n.º. 366/217, de 7 de dezembro).-----

12.8.-PROCESSO N.º. 06/2018/5 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA DO SENHOR DO MUNDO, N.º. 38, FREIXO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2018/5 em que é requerente Fernando Simões, residente na Rua do Senhor do Mundo, n.º. 38, Freixo Mortágua, através do qual vem requerer ao abrigo do artigo 6.º. do Decreto – Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º. 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão destaque de parcela de terreno sito na Rua do Senhor do Mundo, Freixo, Mortágua, União de Freguesias Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 1819, e descrito na matriz da referida freguesia sob os números 2688 e 2172, pretende que seja autorizado o respetivo destaque nos seguintes moldes:-----

-----A parcela a destacar, artigo matricial 2688, com a área de trinta mil e oitenta (30.080) metros quadrados, ficará a confrontar de Norte com Caminho e Manuel Francisco Neves, de Sul com Norberto do Nascimento Vaz, de Nascente com Fernando Simões (Parcela Restante), de Poente com Manuel Francisco Neves e Caminho.-----

-----Parcela restante, artigo matricial 2172, com a área de cinco mil quinhentos e noventa (5.590) metros quadrados, passará a confrontar de Norte com Fernando Simões (parcela a destacar), de Sul com Herdeiros de Mariana Fonseca e Norberto Nascimento Vaz, de Nascente com Rua Valeiro do Minho e de Poente com Fernando Simões (parcela a destacar).-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.9.-REQUERIMENTO Nº. 237/2019 RELATIVO AO PROCESSO Nº. 01/2018/227 DA BORPERGÁS, LDª., PARA EMISSÃO DA LICENÇA DE EXPLORAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE POSTO ABASTECIMENTO COMBUSTÍVEL:---

-----Pelo Senhor presidente foi presente o processo nº. 01/2018/228, requerimento nº.237/2019 cujo requerente é Borpergás, Ldª. com sede na Rua da Escola, em Vila Nova, Sobral, NIF, 506 718 417, a requerer a Licença de Exploração/Autorização de vistoria de posto de abastecimento de combustíveis para consumo público, sito na Rua da Escola, Vila Nova, Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua.-----

-----De acordo com o Parecer técnico constante no processo não se justifica a realização de vistoria dado que foi previamente aditado o documento comprovativo de existência de um seguro de responsabilidade civil, para este tipo de instalações de combustíveis, com cobertura no valor de um milhão quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos euros (1.595.300,00 €).-----

-----Sobre o processo foi exarado pelo Senhor Presidente, em 05/02/2019, o Despacho que a seguir se transcreve:-----

-----“Atento ao Parecer Técnico, emitido a 28/01/2019, o procedimento de conformidade das instalações está certificado por uma EIC – Entidade Inspectora de combustíveis de fls. 85 a 88, e, a conformidade urbanística é garantida pelo Termo de Responsabilidade do Diretor da obra não se justificando a realização da Vistoria.-----

-----O Requerente veio juntar ao processo a 04/02/2019 a prova de titularidade de apólice de seguro de responsabilidade civil no valor de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000,00 €) conforme solicitado no Despacho emitido a 31/01/2019.-----

-----Assim, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre a emissão da Autorização de Utilização/Licença de Exploração de uma instalação de Posto de Combustível.”.---

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a emissão da Autorização de Utilização/ Licença de Exploração do posto de abastecimento de combustíveis para consumo público, sito na Rua da Escola, Vila Nova, Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.10.-REQUERIMENTO Nº. 1/2019/610, DA SAFRA GENUÍNA – UNIPESSOAL, LD^a. PARA CONCESSÃO DA DISPENSA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 130º. (INSTALAÇÕES SANITÁRIAS) DO DECRETO-LEI Nº. 10/2015, DE 16 DE JANEIRO:----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento em nome de António Gaspar Bairrada portador do Cartão de cidadão nº. 07157158, válido até 10/02/2021, residente na Av. Sá Carneiro, 44, Santa Comba Dão, na qualidade de gerente da Firma Safra Genuína – Unipessoal, Ld^a. com instalações no prédio urbano localizado no Praça 5 de Outubro em Mortágua, pertencente ao Município de Mortágua, vem pedir a dispensa das instalações sanitárias com as condições previstas no artº. 130º. do Decreto – Lei 10/2015, de 16 de janeiro, ao abrigo da alínea a), nº.2, artº. 11º. onde é referido que “ Constitui, ainda fundamento de dispensa dos requisitos enunciados no nº. 5 – a) O contributo para a requalificação ou revitalização da área circundante do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento”.

-----Assim, pede que ao abrigo da alínea c), do nº.1, do artigo 5º do DL 1072015, a Câmara aprecie e delibere a dispensa das instalações sanitárias com as condições previstas no artigo 130º. do Decreto – Lei 10/2015, de 16 de janeiro, e que autorize, fruto do inerente contributo que o mesmo irá trazer para a revitalização da área circundante do estabelecimento, bem com o facto de existirem instalações sanitárias de uso públicos nas imediações do espaço, o exercício da atividade.

-----Sobre o assunto foram exarados o Parecer Jurídico, datado de 24/01/2019 e Parecer Técnico datado de 5/02/2019 que para todos os efeitos se dão aqui por integralmente e ficam anexados à presente ata.

-----A Câmara, considerando os pareceres constantes no processo, deliberou por maioria com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e dois votos contra dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a dispensa das instalações sanitárias com as condições previstas no artigo 130º. Consubstanciado nos fundamentos de dispensa de requisitos ínsitos no nº.2 do artigo 11º. ambos do Decreto-Lei nº. 10/2015, de 16 de janeiro, relativamente ao funcionamento e exploração do espaço de “cafetaria e esplanada” da Firma Safra Genuína – Unipessoal, Ld^a., localizado na Praça, 5 de Outubro, em Mortágua.

-----Devendo os serviços proceder à notificação do teor da presente deliberação ao requerente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Os Vereadores eleitos pelo PS justificaram a sua votação dizendo que mantinham a posição tomada anteriormente nas Reuniões de Câmara de 18/07/2018 e 12/11/2018.-----

12.11.-PROCESSO Nº. 10/2019/5 DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10/2019/5 de Adelino Rodrigues, em que na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com o artigo 12816 no local denominado “Vale da Raposa”, com a área 0,2400 ha, requer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Adelino Rodrigue e Célio José dos Santos Rodrigues.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

12.12.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

12.12.1.-Processo nº. 08/2009/6:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 08/2009/6, referente ao prédio em mau estado de conservação, sito no Beco do Casal, Gândara, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de propriedade de Manuel Breda, residente na Rua das Enguias, nº.7, Gândara, 3450 – 413 Vale de Remígio, acompanhado do Parecer Técnico emitido, em 17/01/2019, pelo Chefe de Divisão DPAT que a seguir se transcreve:-----

-----“ A informação dos Serviços de Fiscalização Municipal indica que se mantem:-----

-----A situação de incumprimento de deliberação da Câmara na sua Reunião de 19 de setembro de 2018 relativamente à necessidade de remoção de entulhos e demais detritos resultantes da demolição parcial do edificado, em ruínas.-----

-----A existência destas ruínas e entulhos constituem uma situação de insalubridade, de insegurança e prejuízo do arranjo estético do núcleo urbano onde se insere.-----

-----Sugiro que se solicite parecer ao Gabinete Jurídico da Autarquia no sentido de propor ação imediata, compatível e adequada, para a resolução definitiva deste processo.”-----

-----Foi também presente o Despacho de 01/02/2019, do Vereador com a competência delegada que a seguir se transcreve:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Mantêm-se a situação de incumprimento da Deliberação de Câmara, na sua Reunião de 19 de setembro de 2018, relativamente à necessidade de remoção entulhos e demais detritos resultantes da demolição parcial do edificado em ruínas.-----

-----A 24/01/2019 foi solicitado Parecer Jurídico de Fls 47 a 52.-----

-----Deverá o processo nº.8/2009/6 ser remetido à Câmara Municipal para deliberação”.-----

-----Assim, de acordo com o Parecer Jurídico que se dá aqui por integralmente reproduzido e que para os devidos efeitos legais fica a apenso à presente ata, decorrido o prazo fixado, não ocorreu a demolição voluntária do prédio pelos proprietários, posteriormente deve a Câmara se assim o entender determinar a posse administrativa do imóvel, por forma a executar coercivamente a referida ordem conforme dispõe o artigo 91º conjugado com o disposto nos artigos 107.º e 108º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto Lei nº 136/2014, de 09 de setembro, precedida de audiência prévia dos interessados.-----

-----A posse administrativa do terreno mantém-se pelo período necessário à execução coerciva – 30 dias [as obras devem ser executadas no mesmo prazo que havia sido concedido para o efeito ao seu destinatário] -, caducando no termo do prazo fixado para a mesma - nº.7, do art., 107º do RJUE. As quantias relativas às despesas a realizar pelas obras em causa, incluindo quaisquer indemnizações ou sanções pecuniárias que esta Câmara Municipal tenha de suportar para o efeito, são de conta do infrator;-----

-----Caso as quantias acima referidas não sejam pagas voluntariamente no prazo de 20 dias a contar da notificação para o efeito, serão as mesmas cobradas judicialmente em processo de execução fiscal, servindo de título executivo certidão, passada pelos serviços competentes, comprovativa das despesas efetuadas, podendo ainda esta Câmara Municipal aceitar, para extinção da dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da lei.-----

-----Deve ser preparado, previamente à decisão que venha a ser tomada quanto à posse administrativa e execução coerciva da demolição, um orçamento que evidencie o custo associado à operação de demolição, sendo esse orçamento objeto de notificação aos destinatários, aquando da sua notificação da decisão que determinou a posse administrativa e a execução coerciva da demolição, com a indicação expressa de que custo lhes será imputado, de modo a que os mesmos fiquem devidamente esclarecidos quanto às implicações financeiras ulteriores à execução coerciva da operação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o assunto ao Chefe da Divisão de Planeamento e Administração do Território para que seja preparado orçamento que evidencie o custo associado à operação de demolição a ser presente juntamente com o processo a posterior Reunião de Câmara.-----

12.12.2.-Processo nº. 08/2018/06:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 08/2018/6 referente ao edifício em estado de ruínas, em Rua Estrada Camarária, Benfeita, de propriedade de Encarnação dos Santos, residente em 46, Rue de Paris 30190, Estrees St Dinis, França, acompanhado do Despacho do Vereador com competência delegada, datado de 09/01/2019, que a seguir se transcreve:-----

-----“Atento o teor do Parecer dos Serviços Técnicos emitido a 09/01/2019, assim como o conteúdo da Informação dos Serviços de Fiscalização Municipal datada de 07/01/2019, de fls. 31 a 32, dando conhecimento que foram executadas as obras de demolição do alpendre bem como de reparação e estabilização do muro confinante com a via pública, nada há mais a determinar.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder ao arquivamento do processo.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezanove horas e quarenta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim *Rosa Maria Ferreira Bleda* Secretário do Órgão e pelo Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Divisão de Planeamento e Administração do Território

Para: Sr. Vereador Dr. Eusébio Ferreira

Requerente: António Gaspar Bairrada

Assunto: Dispensa de instalações sanitárias

Local: Cafetaria e esplanada - Largo 5 de Outubro

Data: 05-02-2019

PARECER TÉCNICO

A análise do requerimento em epígrafe e o pedido de dispensa de instalações sanitárias no espaço designado de "Cafetaria e esplanada", levam-me a dar o seguinte parecer técnico:

- **Em reunião de Câmara de 15-10-2014 foi apresentado e aprovado o projeto** promovido pela apropriada Autarquia, denominado de "Requalificação Urbana do espaço entre a Rua Dr. João Lopes de Moraes e Praça do Município", elaborado pelo Gabinete Arquitetura e Urbanismo Lda., do Sr. Arquiteto Carlos Santos;
- Na memória descritiva, é referido o seguinte: *"O estudo que se apresenta visa a requalificação da zona da Praça do Município na área confinante com a Rua Dr. João Lopes de Moraes com o objetivo de criar novos espaços de estar e lazer para a zona central da Vila de Mortágua. A proposta cria uma área verde, proporcionando uma nova imagem no local enquadrando um espaço de "praça" que é delimitado visual e fisicamente por árvores e canteiros de flores e relva. A praça assim definida é encimada por uma construção destinada a cafetaria e bar com o objetivo de constituir uma esplanada na "praça".*
- Ao acesso e exploração das atividades de **"café, bar, pastelaria ou casa de chá"**, é aplicável o disposto do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração configurado no DL n.º 10/2015 de 16 de janeiro, conforme indicado na alínea q) do n.º 1 do artigo 1.º e na lista V do anexo I.
- Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º, **"casos em que deva haver lugar a pedido de dispensa dos requisitos de exercício"**, constantes dos artigos 126.º a 130.º e 133.º está sujeito a autorização municipal."



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

- A dispensa de requisitos de exercício desta atividade está contemplada no artigo 11º, que se transcreve: “

1-Os requisitos a que se faz referência na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º podem ser dispensados quando, por questões arquitetónicas ou técnicas, a sua estrita observância seja impossível ou possa comprometer a viabilidade económica do estabelecimento e desde que não sejam postas em causa as condições de segurança, salubridade e ruído legalmente estabelecidas.

2-Constitui, ainda, fundamento de dispensa de requisitos:

- a) O contributo para a requalificação ou revitalização da área circundante do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento;*
- b) O contributo para a conservação do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento;*
- c) A estrita observância dos requisitos exigidos para as instalações e equipamentos afetar significativamente a rendibilidade ou as características arquitetónicas ou estruturais dos edifícios que estejam classificados como de interesse nacional, público ou municipal ou que possuam valor histórico, arquitetónico, artístico ou cultural;*
- d) O facto de o estabelecimento estar integrado em conjunto comercial que já cumpra esses requisitos.*

3 - A dispensa deve ser indeferida quando estejam em causa condicionamentos legais ou regulamentares imperativos relativos à segurança contra incêndios, à saúde pública ou a operações de gestão de resíduos, ou requisitos imperativos de higiene dos géneros alimentícios expressamente previstos nos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.

- O parecer jurídico da Dra. Lara Duarte Ramos aponta exatamente para o que é vertido nos fundamentos deste parecer técnico.

Assim e de acordo com os condicionalismos legais expostos, **coloca-se à consideração da Câmara Municipal a deliberação acerca da dispensa de requisitos indicados no artigo 11º do DL n.º 10/2015 de 16 de janeiro relativamente ao funcionamento e exploração do espaço de “cafetaria e esplanada” em epígrafe.**

O Chefe da D.P.A.T.

(Arnaldo Borges Ferreira)



Teófilo Araújo dos Santos

Advogado

Parecer Jurídico

Assunto: instalações sanitárias – Cessão de exploração do bar e esplanada da Praça 5 de Outubro, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua

Parecer: Colocado à nossa apreciação esclarecer a respeito do enquadramento jurídico a dar quanto à inexistência de instalações sanitárias no edificado “bar e esplanada da Praça 5 de Outubro”, que foi objeto de contrato de cessão de exploração na sequência de procedimento de hasta pública promovido pelo Município de Mortágua, cumpre informar nos termos que infra se explanarão.

A questão em análise é regulada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, que estabelece o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração.

Para o que interessa à apreciação da questão, o art.º 5.º do referido diploma estabelece que:

«1 - Está sujeito à obtenção de autorização do município territorialmente competente, o acesso às seguintes atividades:

(...)

c) A exploração de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, nos casos em que deva haver lugar a pedido de dispensa dos requisitos constantes dos artigos 126.º a 130.º e 133.º.

Ou seja, se em situações comuns as atividades de exploração de um estabelecimento, como o que serve de base ao presente parecer jurídico, se bastam com a mera comunicação prévia, existem situações específicas que carecem de autorização expressa.

O art.º 130.º referido no artigo supra exposto, reporta-se, precisamente à questão das instalações sanitárias e refere que:

1- As instalações sanitárias destinadas aos clientes devem encontrar-se no interior do estabelecimento, separadas das salas de refeição e das zonas de manuseamento de alimentos.

Carlos Veríssimo Almeida • Dina Fernandes • Fernanda Mota dos Santos
Eduardo Duarte Ramos • Joaquim Rosa • Diogo da Costa Pereira • Laurence Moreira

Responsabilidade Limitada



Teófilo Araújo dos Santos

A d v o g a d o s

2 - As instalações sanitárias destinadas aos clientes devem dispor dos equipamentos e utensílios necessários à sua cómoda e eficiente utilização e ser mantidas em permanente bom estado de higiene e conservação.

3 - As instalações sanitárias não podem ter acesso direto com as zonas de serviço, salas de refeição ou salas destinadas ao serviço de bebidas, devendo ser instaladas de forma a garantir o seu necessário isolamento do exterior.

4 - Nos estabelecimentos com capacidade igual ou superior a 30 lugares, as instalações sanitárias são obrigatoriamente separadas por sexo e devem dispor de retretes em cabines individualizadas.

5 - A existência de instalações sanitárias destinadas aos clientes não é exigível:

a) Aos estabelecimentos integrados em área comercial ou empreendimento turístico que disponha de instalações sanitárias comuns que preencham os requisitos previstos nos n.os 1 e 2;

b) Aos estabelecimentos que confeccionem refeições para consumo exclusivo fora do estabelecimento.

O art.º 11.º da lei vinda de referir prescreve a respeito da dispensa dos requisitos enunciados no sobredito art.º 5.º:

1 - Os requisitos a que se faz referência na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º podem ser dispensados quando, por questões arquitetónicas ou técnicas, a sua estrita observância seja impossível ou possa comprometer a viabilidade económica do estabelecimento e desde que não sejam postas em causa as condições de segurança, salubridade e ruído legalmente estabelecidas.

2 - Constitui, ainda, fundamento de dispensa de requisitos:

a) O contributo para a requalificação ou revitalização da área circundante do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento;

b) O contributo para a conservação do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento;

Carlos Veríssimo Almeida • Dina Fernandes • Fernanda Moia dos Santos
Lara Duarte Ramos • Joaquim Rosa • Diogo da Costa Pereira • Laurence Moreira

Responsável pela Unidade

Rua de Alcobaca n.º 9 - 1.º • 2401-801 Leiria • Tel. (+351) 244 819 810 • Fax (+351) 244 819 819 • email: teofilosantos@teofilosantos.pt



Teófilo Araújo dos Santos

A d v o g a d o

c) A estrita observância dos requisitos exigidos para as instalações e equipamentos afetar significativamente a rendibilidade ou as características arquitetónicas ou estruturais dos edifícios que estejam classificados como de interesse nacional, público ou municipal ou que possuam valor histórico, arquitetónico, artístico ou cultural;

d) O facto de o estabelecimento estar integrado em conjunto comercial que já cumpra esses requisitos.

3 - A dispensa deve ser indeferida quando estejam em causa condicionamentos legais ou regulamentares imperativos relativos à segurança contra incêndios, à saúde pública ou a operações de gestão de resíduos, ou requisitos imperativos de higiene dos géneros alimentícios expressamente previstos nos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.

Vertendo para a questão em apreço, resulta patente da lei a possibilidade de a entidade que explora o estabelecimento ao abrigo da cessão de exploração solicitar o pedido de dispensa das instalações sanitárias com as condições previstas no art.º 130.º, mediante requerimento devidamente fundamentado e consubstanciado nos fundamentos de dispensa dos requisitos, ínsitos no n.º 2 do supra referido art.º 11.º, os quais deverão ser apreciados pela Câmara Municipal que, caso entenda que os mesmos merecem acolhimento, deverá deliberar, a concessão da dispensa dos requisitos, isto é, da dispensa da existência de instalações sanitárias no interior do estabelecimento, e autorizar, nessa medida, o exercício da actividade.

S.M.O., é este o nosso parecer

Mortágua, 24 de Janeiro de 2019.

Lara Duarte Ramos
Advogada
Contribuinte nº 216 341 391
Nº 244 819 810 - Rua de Alcobaça, 9 - 1.º - 2401-801 Leiria
A Advogada

Lara Duarte Ramos

Carlos Veríssimo Almeida • Dina Fernandes • Fernanda Mota dos Santos
Lara Duarte Ramos • Joaquim Rosa • Diogo da Costa Pereira • Laurence Moreira

Responsabilidade Limitada



Teófilo Araújo dos Santos
Advogados

48

Parecer Jurídico

Assunto: processo 08/2009/6 – Manuel Breda.

Parecer: Colocado à nossa apreciação o teor do parecer técnico datado de 17/01/2019, e solicitado esclarecimento quanto ao procedimento a encetar na sequência do mesmo, cumpre informar nos termos que infra se explanarão.

Compulsado o teor integral do processo administrativo, constata-se que o mesmo diz respeito a uma habitação, sita na Rua do Casal – Gândara – Vale de Remígio, relativamente à qual foi proferida deliberação da Câmara Municipal, com data de 17/02/2016, a determinar a demolição do imóvel.

A referida deliberação, consubstancia um ato administrativo, válido e eficaz, que foi notificado ao particular, ressaltando evidências no processo de que a mesma (deliberação) não foi sindicada, antes tendo sido aceite e cumprida, ainda que parcialmente, tendo em consideração a informação dos serviços de fiscalização datada de 31/08/2018.

Resulta ainda do processo, com interesse para a presente apreciação, que os proprietários, por intermédio do seu neto, Luis Filipe Rosa Batista, apresentaram uma comunicação através da qual manifestaram a sua preocupação quanto ao prédio confinante com o seu, alertando para o estado de degradação daquele, bem como sinalizaram o facto de a operação de demolição se prefigurar de difícil execução, por força do estado de degradação do prédio confinante, sendo que, pese embora o exposto, manifestaram expressamente e inequivocamente a intenção de dar execução à ordem de demolição da sua habitação.

Carlos Veríssimo Almeida • Dina Fernandes • Fernanda Mota dos Santos
Lara Duarte Ramos • Joaquim Rosa • Diogo da Costa Pereira • Laurence Moreira

Responsabilidade Limitada

Impõe-se desde já esclarecer que, quanto à questão do prédio contíguo sinalizada na sobredita missiva, foi dada à mesma a tramitação adequada, tendo sido objecto das medidas de reposição da legalidade urbanística e das medidas de carácter social reputadas adequadas pelos serviços e pelo órgão competente para as determinar; no que concerne ao conspecto das dificuldades alvitradas na comunicação do proprietários, parece-nos que as mesmas se consubstanciam em questão de vizinhança de índole eminentemente privatística e de direito privado e que acabaram por ter sido debeladas pelos próprios proprietários ante o cumprimento, ainda que parcial da demolição do primeiro andar da sua edificação, constada e reportada pelos serviços de fiscalização conforme informação datada de 31/08/2018.

Ou seja, importa que nos atenhamos apenas ao presente processo, à habitação sobre a qual o mesmo impende e à sequência a dar à forma de execução da deliberação de demolição, que consubstancia um ato administrativo válido e eficaz, e, acima de tudo, expressamente aceite pelos proprietários, conforme se divisa da posição manifestada pelos mesmos ao longo do processo e na execução, ainda parcial, do teor da deliberação.

Ora, ripristinando o que supra se expos, resulta evidente que os particulares não deram cumprimento ao teor integral da deliberação de demolição, porquanto, pelo que foi descrito pelos serviços de fiscalização, o ato administrativo apenas foi parcialmente cumprido – com a demolição do primeiro andar da habitação e a não remoção dos detritos/entulho resultante da operação, ante o que se impõe determinar o procedimento tendente a que a ordem de demolição seja executada na sua integralidade.

O art.º 89 do RJUE determina o enquadramento do dever de conservação, que serviu de base ao presente processo.

Conforme prescreve o n.º 3 do citado artigo *«A câmara municipal pode, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas.»*

Carlos Veríssimo Almeida • Dina Fernandes • Fernanda Mota dos Santos
Lara Duarte Ramos • Joaquim Rosa • Diogo da Costa Pereira • Laurence Moreira

Responsabilidade Limitada



Teófilo Araújo dos Santos
Advogados

50

O procedimento desenvolvido até à data no processo em questão, foi respaldado, precisamente, no pressuposto legal enunciado.

O art.º 91.º do normativo legal supra referido prescreve que *«1 - Quando o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º ou não as concluir dentro dos prazos que para o efeito lhe forem fixados, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata.2 - À execução coerciva das obras referidas no número anterior aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 107.º e 108.º»*.

A posse administrativa para execução coerciva, por parte do Município, da ordem de demolição constitui, assim, a sequência legal a dar à situação actual patente no processo.

Assim, a decisão de posse administrativa e de execução coerciva da operação de demolição, deverá resultar de um despacho fundamentado.

Com efeito, resulta das disposições conjugadas dos art.º 107.º e 108.º do RJUE que em caso de incumprimento de qualquer medida de tutela da legalidade urbanística, *in casu*, da ordem de demolição, o presidente da câmara pode determinar a posse administrativa do imóvel, por forma a permitir a execução coerciva da medida de demolição, sendo que *«o ato administrativo que tiver determinado a posse administrativa é notificado ao dono da obra e aos demais titulares de direitos reais sobre o imóvel por carta registada com aviso de receção.»*

A posse administrativa *«é realizada pelos funcionários municipais responsáveis pela fiscalização de obras, mediante a elaboração de um auto»*, do qual deve resultar expresso o ato que determinou a posse administrativa – despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a especificação o estado em que se encontra o terreno, e a construção existente no local, bem como os equipamentos que ali se encontrarem.

Importa ressaltar que, conforme dispõe o n.º 8 do art.º 107.º do RJUE: *«Tratando-se de execução coerciva de uma ordem de demolição ou de trabalhos de correção ou alteração de obras, estas devem ser*

Carlos Veríssimo Almeida • Dina Fernandes • Fernanda Mota dos Santos
Lara Duarte Ramos • Joaquim Rosa • Diogo da Costa Pereira • Laurence Moreira

Responsabilidade Limitada



Teófilo Araújo dos Santos
A d v o g a d o s

51

executadas no mesmo prazo que havia sido concedido para o efeito ao seu destinatário, contando-se aquele prazo a partir da data de início da posse administrativa.».

Ou seja, tendo sido concedido aos proprietários notificados através de ofício datado de 16/02/2016 para procederem à demolição do edifício no prazo de um mês, os trabalhos de execução coerciva dessa demolição, isto é os trabalhos de demolição encetados pelo Município, deverão ser concretizados no prazo de um mês a contar da data de início da posse administrativa.

- ✓ Cumpre finalmente esclarecer que, de acordo com o disposto no art.º 108.º do RJUE as quantias relativas às despesas realizadas com a operação de demolição coerciva, incluindo quaisquer indemnizações ou sanções pecuniárias que a Administração tenha de suportar para o efeito, são de conta do infractor, que deverá ser oficiado para o pagamento das mesmas e, em caso de incumprimento da obrigação de pagamento por período superior a 20 dias a contar da notificação para o efeito, poderão as mesmas ser cobradas judicialmente em processo de execução fiscal *«servindo de título executivo certidão, passada pelos serviços competentes, comprovativa das despesas efectuadas, podendo ainda a câmara aceitar, para extinção da dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da lei.».*

Ora, pese embora a tramitação legal supra evidenciada, consideramos que, por razões de cautela e no cumprimento dos princípios da boa-fé e da colaboração com os particulares, ínsitos, respectivamente nos art.º 10.º e 11.º do Código do Procedimento Administrativo, doravante CPA, que deve perpassar todo o elenco da actuação da administração, consideramos que deverá ser preparado, previamente à decisão que venha a ser tomada quanto à posse administrativa e execução coerciva da demolição, um orçamento que evidencie o custo associado à operação de demolição, sendo esse orçamento objecto de notificação aos destinatários, aquando da sua notificação do despacho que determinou a posse administrativa e a execução coerciva da demolição, com a indicação expressa de que o lhes custo será imputado, de modo a que os

Carlos Veríssimo Almeida • Dina Fernandes • Fernanda Mota dos Santos
Lara Duarte Ramos • Joaquim Rosa • Diogo da Costa Pereira • Laurence Moreira

Responsabilidade Limitada